

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.151 - MT (2019/0355336-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : CARLOS ALBERTO ROSSET CALDERON
ADVOGADOS : DANIEL HAGGE RORIZ DA COSTA - RJ204491
KARINNA DE FREITAS BORGES - RJ209380
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CARLOS ALBERTO ROSSET CALDERON contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (HC n. 1009838-18.2019.4.01.0000).

Depreende-se dos autos que a prisão temporária imposta ao recorrente foi revogada, tendo-lhe sido aplicadas medidas cautelares, com fulcro nos arts. 310, III, e 319 do Código de Processo Penal, a saber (e-STJ fl. 53):

- a) fiança, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- b) monitoração eletrônica;
- c) suspensão do exercício da função pública;
- d) proibição de acesso e frequência às dependências de qualquer repartição da DATAPREV e do INSS em todo território nacional;
- e) proibição de se ausentar do município de residência por mais de 7 (sete) dias sem autorização judicial.

O pleito de revogação do pagamento da fiança estipulada e da monitoração eletrônica foi indeferido. No entanto, houve a redução do valor arbitrado para o montante de dez salários mínimos, tendo sido devidamente paga integralmente pelo recorrente (e-STJ fls. 84/85).

Impetrado *habeas corpus* na origem, os desembargadores da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região concederam a ordem parcialmente (e-STJ fls. 112/126).

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fls. 124/125):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO QUALIFICADO E CORRUPÇÃO PASSIVA (RESPECTIVAMENTE, ARTIGOS 154-A, §3º E 317, AMBOS DO CP). PARTICIPAÇÃO EM

ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ARTIGO 2º, DA LEI 12.850/2013). PRISÃO TEMPORÁRIA. REVOGAÇÃO COM IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DO CÁRCERE. FIANÇA. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO/DIMINUIÇÃO. POSTERIOR PAGAMENTO INTEGRAL. COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO. MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. DESNECESSIDADE. ORDEM CONCEDIDA PARCIALMENTE.

1. Busca-se, com o presente Habeas Corpus, que sejam revogadas as medidas cautelares diversas do cárcere de fiança e monitoração eletrônica, impostas ao paciente por ocasião da revogação de sua prisão provisória.

2. A prisão provisória, inicialmente decretada em desfavor do paciente, levou em consideração a existência de “indícios de que o paciente valendo-se do acesso privilegiado que lhe proporciona o cargo que ocupa na Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), divulgou dados sigilosos de segurados da Previdência Social à organização criminosa investigada, que utiliza esses dados em softwares comercializados com financeiras e escritórios de advocacia para captação de clientela.” Ante tais indícios de autoria, a prisão temporária foi decretada para “fins da adequada execução do mandado de busca e apreensão e conclusão das investigações.”

3. A decisão que decretou a prisão temporária foi exarada em 30/1/2019, mas somente veio a ser cumprida em 11/3/2019, em razão de o paciente, mesmo ciente da decisão, haver se apresentado às autoridades quando transcorridos mais de 30 (trinta) dias da determinação de seu encarceramento.

4. A autoridade impetrada, posteriormente, ao revogar o decreto de prisão temporária, impôs ao paciente as seguintes medidas cautelares: i) fiança, no valor de R\$ 50.000,00; ii) monitoração eletrônica; iii) suspensão do exercício da função pública; iv) proibição de acesso e frequência às dependências de qualquer repartição da DATAPREV e do INSS em todo o território nacional; v) proibição de ausentar-se do município de residência por mais de 7 (sete) dias sem autorização judicial (Id 13263481, fls. 50/52).

5. O valor da fiança, em decisão posterior, foi reduzido para a quantia correspondente a dez salários mínimos, mantidas as demais cautelares impostas inicialmente.

6. Embora a parte impetrante defenda que o paciente nunca ostentou a condição de foragido, consente que, mesmo tendo conhecimento da ordem de prisão somente se apresentou às autoridades quando, transcorridos mais de 30 dias da ordem de encarceramento, foi indeferido o pedido formulado por sua defesa de revogação do decreto prisional.

7. Ressaltou a autoridade impetrada que “o atual endereço do investigado somente restou conhecido quando se apresentou à polícia,

pois sequer o indicou quando requereu a habilitação nos autos, ocasião em que inseriu o endereço da DATAPREV. Tal fato revela a intenção do investigado de permanecer foragido.”

8. Embora necessária a imposição de medidas cautelares diversas do cárcere, de modo a resguardar a ordem pública a aplicação da lei penal, a medida de monitoração eletrônica se mostra exarcebada. O paciente teria praticado o crime que lhe é imputado valendo-se de acesso privilegiado que lhe proporciona o cargo que ocupa na Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), de modo que a determinação, já feita pela autoridade impetrada, de afastamento do cargo público, se mostra como medida suficiente a inibir a reiteração da prática delitiva, sendo desnecessário o uso da tornozeleira eletrônica para esse fim.

9. Também não se justifica o uso da tornozeleira eletrônica para fins de assegurar a aplicação da lei penal, pois, em se tratando, como é o caso, de investigado primário, com bons antecedentes e que comprovou residência fixa, a proibição, também já imposta pela autoridade impetrada, de ele se ausentar do município de sua residência por mais de 7 (sete) dias sem autorização judicial, se mostra suficiente à tutela pretendida. O é de caso de se afastar a determinação de uso do equipamento eletrônico.

10. Não obstante inicialmente, em sede liminar, se tenha deferido o pagamento da fiança (arbitrada em dez salários mínimos) em dez parcelas iguais, o paciente, antes de exarada a decisão liminar, praticou ato incompatível com a pretensão veiculada no presente writ de afastamento/diminuição do valor da garantia, tendo efetuado o pagamento de forma integral.

11. A prática de ato incompatível com a vontade recorrer, opera a chamada preclusão lógica (CPC, artigo 503, aplicável por analogia), que está intimamente ligada à proibição de comportamento contraditório – *Nemo potest venire contra factum proprium* (ninguém pode comportar-se contrariamente aos seus próprios atos).

12. Ordem de Habeas Corpus denegada com relação ao pedido de afastamento/diminuição do valor da fiança e concedida no diz respeito à monitoração eletrônica para afastar a imposição desta medida cautelar.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 150/154) nos termos da ementa abaixo transcrita (e-STJ fl. 150):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FIANÇA. RECOLHIMENTO INTEGRAL. DIREITO AO RECOLHIMENTO DE FORMA PARCELADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

1. Nos termos do artigo 619, do Código de Processo Penal, "aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias

Superior Tribunal de Justiça

contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão", tendo a jurisprudência os admitido, também, com a finalidade de sanar eventual erro material na decisão embargada.

2. No caso, não há vício a ser reconhecido.

3. O aresto embargado, de modo expresse, ao reformar a decisão liminar que havia concedido o parcelamento, em dez vezes iguais, da quantia de dez salários mínimos, arbitrada pela autoridade impetrada a título de fiança, adotou o entendimento de que, tendo o paciente procedido ao pagamento integral da quantia, a prática de tal ato se mostra incompatível com a pretensão veiculada no presente writ de afastamento/diminuição do valor da garantia.

4. Descabida a pretensão da embargante de obter a devolução da quantia para proceder ao pagamento de forma parcelada, porquanto se houve o recolhimento de forma integral é porque o paciente tinha os meios para arcar com o pagamento. Inviável, de outro lado, na via estreita ora eleita, por envolver análise aprofundada de prova, certificar a tese defensiva de que o paciente teria feito uso de todo seu cheque especial para fazer frente à quantia e que, em razão dessa dívida, estaria comprometida sua própria subsistência.

5. Embargos de declaração rejeitados.

Neste recurso ordinário, a defesa informa que, *"em 30 de abril, ou seja, após o pagamento da fiança e da monitoração eletrônica, o Paciente descobriu que seu contracheque estava zerado e que a DATAPREV, por sua própria vontade, teria decidido não mais realizar os pagamentos de Carlos, indo de encontro com os Princípios Constitucionais da Dignidade da Pessoa Humana e da Presunção de Inocência"* (e-STJ fl. 168), pois, segundo afirma, o recorrente encontra-se afastado de suas atividades por determinação da Justiça.

Sustenta que *"a realização do pagamento da fiança não significa, nem por um segundo, que o Paciente possuía condições financeiras para tal, até porque o mesmo encontra-se, consoante documentação anexa, até os dias de hoje, negativado e com dívidas, o que apenas comprova justamente a sua falta de condição financeira"* (e-STJ fl. 173).

Dessa forma, requer, liminarmente e no mérito, a devolução dos valores recolhidos a título de fiança (e-STJ fls. 162/174).

É, em síntese, o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, bem como o envio de cópia das decisões proferidas nos autos da ação penal, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito. Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator